

# COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

## PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 2.073, DE 2005 (MENSAGEM Nº 538, de 2005)

Aprova o texto da proposta de Emendas à Convenção sobre Prevenção da Poluição Marinha por Alijamentos de Resíduos e Outras Matérias.

**Autora:** Comissão de Relações Exteriores

**Relator:** Deputado CLÁUDIO RORATO

### I - RELATÓRIO

O Sr. Presidente da República submeteu ao Congresso Nacional, nos termos do art. 49, I, combinado com o art. 84, VIII, da Constituição Federal, a Mensagem nº 538, de 2005. A mensagem solicita a ratificação do Legislativo ao texto de seis emendas à Convenção sobre Prevenção da Poluição Marinha por Alijamentos de Resíduos e Outras Matérias, promulgada aos 16 de setembro de 1982, por intermédio do decreto número 87.566.

A mensagem presidencial foi remetida à Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional que, em voto da lavra do Deputado Fernando Gabeira, aprovou a mensagem e elaborou o texto do Projeto de Decreto Legislativo que foi remetido a exame tanto desta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, como da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

É o relatório.

## II - VOTO DO RELATOR

A matéria veio a esta Comissão para que, nos termos do art. 32, IV, 'a' e 'd'; em concomitância com os arts. 139, II, 'e'; e 54 do Regimento Interno desta Casa, sejam apreciados, de maneira terminativa, os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa da proposta.

A exposição de motivos do Sr. Ministro de Estado das Relações Exteriores assim apresentou a pertinência das emendas apresentadas, *in verbis*:

*“Tendo em vista a constante evolução tecnológica, fazem-se necessárias adaptações ou alterações nos anexos da Convenção que regulamentam sua aplicação. Em consequência, as Partes Contratantes da Convenção, entre as quais o Brasil, chegaram às emendas seguintes, que necessitam ser submetidas ao Poder Legislativo:*

*a) Emenda de 12 de outubro de 1978, aprovada pela Resolução LDC Res. 5 (III), que estabelece procedimentos para incineração de rejeitos do mar;*

*b) Emenda de 24 de setembro de 1980, aprovada pela Resolução LDC.12 (V), que acrescenta, respectivamente, no Anexo I (substâncias, cujo alijamento é proibido), o óleo cru e seus rejeitos, e no anexo II (substâncias, cujo alijamento pode ser feito com restrições), substâncias que, quando despejadas em grande quantidade, podem tornar-se perigosas;*

*c) Emenda de 3 de novembro de 1989, aprovada pela Resolução LDC.37 (12), que acrescenta no Anexo III critérios para avaliação de substâncias passíveis de serem alijadas, um novo parágrafo determinando a necessidade de realização de estudos técnicos para avaliação de seu impacto sobre o meio ambiente;*

*d) Emendas de 12 de novembro de 1993;*

*I) Resolução LC. 49 (16), que proíbe o alijamento de rejeitos industriais;*

*II) Resolução LC.50(16), que proíbe a incineração de rejeitos do mar; e*

*III) Resolução LC.51(16), que proíbe o alijamento de rejeitos radioativos ou outras matérias radioativas.*

*As seis emendas acima descritas são aperfeiçoamentos decorrentes da experiência da aplicação dos dispositivos da Convenção.*

A exposição declara, ainda, que há interesse, por parte dos órgãos técnicos, na incorporação das referidas emendas ao ordenamento jurídico nacional.

Antes de adentrarmos propriamente no campo pertinente a esta Comissão, não vemos como nos furtar a realçar aspecto da proposta. Aspecto este, por sinal, percebido pelo relator da matéria na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Trata-se do tempo decorrido entre a assinatura das emendas e a decisão de efetiva adesão brasileira a elas.

Conforme nos assevera o próprio Ministro de Estado, a Convenção foi promulgada em 1982, na época, pois, duas emendas, cujas ratificações estão sendo pedidas gora, já haviam sido propostas ao texto do acordo, a Emenda de 12 de outubro de 1978 e a Emenda de 24 de setembro de 1980. Ou seja, já quando promulgou a Convenção, o Brasil aderiu a um texto defasado. E o Executivo esperou até 2005 para atualizar o texto.... E ainda falam da demora legislativa do Congresso Nacional...

Dito isso, e voltando os olhos à proposição, podemos dizer que o art. 84, VIII, da Constituição entrega competência ao Sr. Presidente da República para celebrar tratados, convenções e atos internacionais, ressalvando sempre o referendo do Congresso Nacional. Já o art. 49, I do mesmo diploma nos diz que é da competência exclusiva do Congresso Nacional resolver definitivamente sobre tratados, acordos ou atos internacionais.

Está na competência do Poder Executivo assinar o tratado em exame, assim como é regular o exame da proposição por esta casa Legislativa e, mais especificamente, por esta Comissão. Nada encontramos, pois, na proposição em exame, que desobedeça às disposições constitucionais vigentes.

No que diz respeito à técnica legislativa adotada, a única observação que temos diz respeito à tautologia existente na última frase do parágrafo único do artigo primeiro do texto do Decreto Legislativo sugerido pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. A frase que questionamos e a seguinte: "... nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, *acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional*." Ocorre que o inciso I do art. 49 diz exatamente isso. O dispositivo declara que são da competência exclusiva do Congresso Nacional resolver

definitivamente sobre tratados “*que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional*”. Há aqui, portanto, um vício de linguagem que, acreditamos, deveríamos suprimir, pelo bem da técnica legislativa, razão de ser da emenda que apresentamos em anexo.

Dest’arte, votamos pela constitucionalidade, juridicidade e pela boa técnica legislativa do PDC nº 2.073, de 2005, nos termos da emenda anexa.

Sala da Comissão, em                      de                      de 2006.

Deputado CLÁUDIO RORATO  
Relator

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

### PROJETO DE LEI Nº 2.073, DE 2005 (MENSAGEM Nº 538, DE 2005)

Aprova o texto da proposta de Emendas à Convenção sobre Prevenção da Poluição Marinha nos Alijamentos de Resíduos e Outras Matérias.

**Autora:** Comissão de Relações Exteriores

**Relator:** Deputado CLÁUDIO RORATO

### EMENDA SUPRESSIVA ÚNICA

Suprima-se a expressão final “*acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.*” Existente no parágrafo único do art. 1º.

Sala da Comissão, em                      de                      de 2006.

Deputado CLÁUDIO RORATO  
Relator